

ANDRESSA JARLETTI GONÇALVES DE OLIVEIRA

DEFESA JUDICIAL DO CONSUMIDOR BANCÁRIO

Catálogo da Publicação na Fonte
Bibliotecária: Rosilaine Ap. Pereira CRB-9/1448
Rede de Ensino Comércio de Materiais Didáticos e Vestuário Ltda.

Oliveira, Andressa Jarletti Gonçalves de
O482d Defesa judicial do consumidor bancário / Andressa Jarletti Gonçalves
de Oliveira. -- Curitiba :
Rede do Consumidor, 2014.
452 p.

ISBN: 978-85-68427-00-2

Bibliografia

1. Direito do consumidor.
2. Contratos bancários.
3. Taxas de juros.
4. Capitalização de juros.
5. Sistema Financeiro Nacional. I. Título.

CDD: 342.5

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito do consumidor 342.5
2. Direito bancário 342.234
3. Contrato bancário 342.1485

Capa: Studio Borges Pinto
Projeto visual: Studio Borges Pinto

Impresso no Brasil
Printed in Brazil
08-2014

SUMÁRIO

PREFÁCIO (Prof. Dr. Luiz Edson Fachin)	9
NOTA DA AUTORA	11
INTRODUÇÃO	15
I. PRINCIPAIS ASPECTOS DO CONSUMO DE CRÉDITO NO BRASIL	19
1. O consumo na Modernidade Líquida	20
1.1 O poder normalizador da sociedade	21
1.2 A sociedade de hiperconsumo	26
2. Peculiaridades do consumo de crédito no Brasil	32
2.1 A massa de consumidores	32
2.2 Aspectos econômicos	37
2.3 A importância do crédito bancário	41
2.4 Perfil do consumidor brasileiro endividado.....	47
3. As dificuldades do consumidor de crédito	51
3.1 Vulnerabilidade e assimetria de informação	51
3.2 Hipervulnerabilidade (vulnerabilidade agravada)	57
3.2.1 <i>A vulnerabilidade agravada dos idosos, analfabetos, crianças, adolescentes e portadores de necessidades especiais</i>	59
3.2.2 <i>A graduação econômica da vulnerabilidade</i>	68
3.2.3 <i>A exclusividade na concessão do crédito rural</i>	72
3.3 A vulnerabilidade das pequenas e médias empresas no consumo de crédito	76
3.4 A inflexibilidade e os riscos da inadimplência.....	95
3.5 O temor da “lista negra dos bancos”	100
4. A prevenção e o tratamento do superendividamento	105
4.1 O superendividamento como um problema social	105
4.2 As experiências de outros países.....	113
4.2.1 <i>A prevenção ao superendividamento na França e na União Europeia</i>	114
4.2.2 <i>O modelo francês de tratamento do superendividamento</i>	122
4.2.3 <i>O fresh start norte-americano</i>	125
4.3 A vanguarda do Judiciário brasileiro	128
4.4 O Projeto de Lei do Senado 283/2012.....	138
4.4.1 <i>Linhas gerais e objetivos do PLS 283/2012</i>	139
4.4.2 <i>A vedação do assédio na publicidade e oferta do crédito</i>	140
4.4.3 <i>O crédito responsável</i>	142
4.4.4 <i>O respeito ao mínimo existencial e a reflexão nos empréstimos consignados</i>	144
4.4.5 <i>Tratamento do superendividamento</i>	146
II. OS CONFLITOS NOS CONTRATOS DE CONSUMO DE CRÉDITO	150
1. O novo Direito dos Contratos	153
2. A pluralidade de fontes do Direito do Consumidor Bancário	164
2.1 O direito fundamental de defesa do consumidor.....	165

2.2 Os princípios no Código de Defesa do Consumidor e no Código Civil de 2002.....	171
2.2.1 A <i>boa-fé objetiva</i>	174
2.2.2 O <i>equilíbrio</i>	184
2.2.3 A <i>função social do contrato</i>	191
2.2.4 O <i>abuso do direito e a lesão enorme</i>	205
2.3. As legislações extravagantes	213
2.3.1 O <i>diálogo das fontes</i>	214
2.3.2 A <i>derrotabilidade normativa</i>	219
2.4 A jurisprudência como fonte de direito.....	227
2.5 As resoluções do Banco Central do Brasil.....	230
3. Principais controvérsias nos contratos bancários	234
3.1 Capitalização de juros	234
3.1.1 A <i>inconstitucionalidade da capitalização de juros</i>	237
3.1.1.1 O art. 5º da MP 2.170-36/2001	237
3.1.1.2 O art. 28 da Lei 10.931/2004.....	255
3.1.1.3 O art. 75 da Lei 11.977/2009.....	260
3.1.1.4 A <i>Medida Provisória 517/2010 e a Lei 12.431/2011</i>	262
3.1.2 A <i>derrotabilidade da capitalização de juros</i>	266
3.1.3 <i>Formas de ocorrência da capitalização de juro</i>	275
3.1.3.1 <i>Incorporação dos juros ao saldo devedor</i>	276
3.1.3.2 O <i>método exponencial da Tabela Price</i>	281
3.1.3.3 O <i>bis in idem de encargos nas renegociações de dívida</i>	293
3.1.3.4 A <i>amortização negativa nos financiamentos imobiliários</i>	299
3.1.4 O <i>impacto da capitalização de juros nos contratos bancários</i>	304
3.2 Limitação das taxas de juros.....	313
3.2.1 Os <i>limites legais dos juros no Brasil</i>	315
3.2.2 O <i>mito da taxa média de mercado</i>	320
3.2.3 A <i>abusividade das taxas de juros bancários no Brasil</i>	331
3.2.4 As <i>lacunas na regulação do Sistema Financeiro Nacional</i>	350
3.2.5 <i>Propostas de limitação dos juros</i>	360
3.3 A <i>ficção da taxa média da comissão de permanência</i>	366
3.4 Tarifas bancárias	372
3.5 O <i>somatório de abusos que leva ao superendividamento</i>	379
4. Os desafios para revisão judicial dos contratos bancários.....	385
4.1 O art. 285-B, CPC.....	385
4.2 Os <i>obstáculos para purgação da mora</i>	393
4.3 A <i>inconstitucional Súmula 381/STJ e a orientação firmada no REsp. 1.061.530/RS</i>	397
4.4 As <i>interpretações totalitárias do Superior Tribunal de Justiça</i>	406
4.4.1 O <i>STJ enquanto Corte de precedentes</i>	406
4.4.2 <i>Totalitarismo e interpretação totalitária</i>	410
4.4.3 A <i>lex mercatoria e as interpretações totalitárias do STJ</i>	417
CONCLUSÕES	428
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	432